TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: a informalidade, o trabalho no âmbito das redes sociais e a estratégia do capital.

Suilane Chavier da Silva[1]

RESUMO

Este artigo tem como intuito discutir acerca das transformações no mundo do trabalho. Arquitetada pelo capitalismo, que tem o intuito de intensificar a extração de mais valia, tais mudanças levam a desregulamentação do trabalho, resultando na informalidade e ampliando a cada dia o exército industrial de reserva próprio e funcional ao capital. Além disso, este novo regime vêm ampliando sua força, de modo que com o auxílio da tecnologia vem ampliando o consumismo, por meio da atuação mediante as redes sociais. Com base no materialismo histórico dialético discute-se a realidade a qual a classe trabalhadora está submetida e o não papel do Estado no combate a esta desumana realidade, que com o advento neoliberal impõe alterações no âmbito do trabalho que dificultam a vida da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Capitalismo. Neoliberalismo. Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to discuss changes in the world of work. Architected by capitalism, which aims to intensify the extraction of surplus value, such changes lead to the deregulation of work, resulting in informality and increasing every day the industrial army of its own and functional reserve to capital. In addition, this new regime has been increasing its strength, so that with the help of technology it has been expanding consumerism, through action through social networks. Based on dialectical historical materialism, we discuss the reality to which the working class is subjected and the role of the State in combating this inhuman reality, which with the neoliberal advent imposes changes in the scope of work that make life difficult for the working class.

Keywords: Capitalism. Neoliberalism. Work.

1 INTRODUÇÃO

Com a intensificação dos ideais neoliberais, que se iniciou na década de 1970, mas que recebeu maior influência a partir dos anos 1990 com a ideia de globalização, houve muitas transformações no âmbito do trabalho ditadas pelo capitalismo que impuseram consequências negativas para a classe trabalhadora,

1 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFCE Campus Iguatu; Graduanda em Serviço Social; suilanechavier94@gmail.com

trazendo a retirada de diversos direitos, e agudizando cada vez mais as expressões da questão social. Ao longo do período que vai desde a crise de 1929 até os dias atuais, várias foram as reformas que facilitaram a exploração do trabalho em benefício da acumulação da riqueza produzida socialmente.

Atualmente com uma maior intensificação do neoliberalismo, inclusive em um país de capitalismo dependente, em meio a uma pandemia e com a gestão de um governo de extrema-direita como Jair Bolsonaro, visualiza-se o crescimento do desemprego. Vivenciamos um cenário onde muitas pessoas desempregadas recorrem a internet para trabalhar, o que ocasiona o aumento do tempo de trabalho.

Tendo em vista essa realidade importa discutir acerca das transformações no mundo do trabalho, as quais são meios que o capitalismo utiliza para intensificar a informalidade, ampliando a cada dia o seu o exército industrial de reserva, o consumismo e a sua atuação por meio das redes sociais. Para isso a perspectiva teórico metodológica utilizada foi o materialismo histórico dialético no intuito de compreender e questionar tal realidade.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO TRABALHO E OS DITAMES DO CAPITALISMO

O trabalho é a razão de toda a existência, não há a possibilidade de sobrevivência humana sem o qual. Pois, é mediante o trabalho que o ser humano extrai matéria-prima para o suprimento de suas necessidades. Neste sentido, o trabalho é algo que não pode ser excluído. O fim do trabalho seria o fim da humanidade.

Nas primeiras organizações da sociedade o trabalho era realizado em seu sentido ontológico. O ser humano ainda não tinha o conhecimento necessário para se dividir enquanto classes sociais (LESSA, 2011). Contudo, com o desenvolvimento das relações sociais o trabalho vai perdendo o seu sentido ontológico e adquirindo um sentido histórico.

Com a descoberta da agricultura, o ser humano deixa de ser nômade e passa a se fixar em um local. É aí que já se iniciam as mudanças na relação do ser

humano com a natureza, embora essas relações sejam ainda bem distintas das atuais. Desde que, com a agricultura, o ser humano vai, além de extrair o necessário para a subsistência, acumulando excedente de produtos, as relações sociais vão consequentemente modificando-se.

Com a apropriação do excedente econômico pelos exploradores a comunidade primitiva vai se dissolvendo. É quando o trabalho executado pelo ser humano começa, portanto, a ser algo que não o identifica. É agora que a sociedade começa a ser estruturada no modo de produção escravista (NETTO; BRAZ, 2011). Neste modo de produção os trabalhadores não têm o direito de dispor nem da própria vida.

A produção mercantil já surge no modo de produção escravista e se desenvolve no modo de produção feudal. No entanto, mesmo já existindo essas introdutórias comercializações, as mercadorias só passam a existir a partir do modo de produção capitalista, isso porque o que se constitui como mercadoria é o produto produzido com o fim de troca por dinheiro.

Sendo assim, a comercialização antes do capitalismo não era feita por intermédio do dinheiro, mas funcionava sob a troca de outras mercadorias. É apenas com a entrada em cena dos comerciantes que se altera a finalidade da troca. O objetivo final desta passa a ser não mais outra mercadoria para consumo, mas o dinheiro. Como afirmam Netto e Braz (2011, p. 90-91) "[…] nem o escravismo, nem o feudalismo podem ser considerados modos de produção de mercadorias; rigorosamente, apenas o modo de produção capitalista caracteriza-se como um modo de produção de mercadorias." Neste sentido, as mercadorias são exclusivas do modo de produção capitalista, que se forma com a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção.

Com a posse dos meios de produção e formada a sociedade dividida em diferentes funções de trabalho, doravante o capitalismo pode comprar a força de trabalho mediante um salário. É nesta organização de sociedade que as crises, ao contrário dos outros modos de produção em que estas eram decorrentes de alguma indisponibilidade da natureza, farão parte da sua estrutura. Serão então crises de

superprodução. E essa crise estrutural impõe intensas transformações no mundo do trabalho.

O início do século XX é marcado pela Grande Depressão, que foi a crise do sistema financeiro americano. A crise de 1929 teve como marco a queda da bolsa de valores de Nova York. Considerada uma crise sistêmica, tal crise trouxe muitas implicações para o âmbito trabalhista. Frente a essa grande crise, o capitalismo vai buscar meios para superá-la e intensificar seus lucros. Desta vez, a solução baseia-se nas ideias de Henry Ford, que utilizou em suas fábricas o modelo fordista de produção o qual funcionava sob a produção em massa.

Mas a solução para a crise não foi só o fordismo, pois não havia a garantia de consumo apenas com a produção em massa. Era necessário assegurar o consumo, e para isso o modo de produção capitalista utilizou-se da associação entre o fordismo e o keynesianismo, e ainda a ampliação de direitos. É relevante lembrar que essa concessão de direitos não foi benemerência do capitalismo, mas teve a participação da pressão exercida pelo movimento operário que começava a ocupar espaços políticos e sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Assim, a produção passou a ser em massa, com o controle dos movimentos e do tempo que o operário trabalhava. No entanto, mais do que a produção em massa o fordismo era um modelo que utilizava meios para modificar o comportamento humano em relação ao consumo. Pois, como afirma Harvey (2008, p. 121) o fordismo era "[…] um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista." Inclusive, no início da formação do fordismo, Henry Ford chega até a contratar assistentes sociais para fiscalizar parte de seus empregados na utilização do dinheiro, tendo em vista utilizá-lo para assegurar o consumo (HARVEY, 2008). Assim, a apropriação da riqueza socialmente produzida passa a ser mais intensa tendo em vista o controle do tempo e dos movimentos dos operários.

Desse modo, essa nova configuração colocada pela combinação entre fordismo e keynesianismo configurou o trabalho para atender às demandas do modo

de produção capitalista naquele século. Foram mudanças que trouxe para o mundo da produção o papel executado pelo trabalho em sua forma abstrata, que não produz mas valoriza a mais-valia.

O fordismo com o taylorismo predominou ao longo do século XX (ANTUNES, 2011), e após a crise de 1929 e mais ainda no segundo pós-guerra tem-se a expansão do capitalismo tardio ou maduro. Nesta fase do capitalismo a economia recebe a intervenção do Estado. Tem-se ainda o livre movimento do mercado, e a formação tanto de oligopólios privados, as empresas, como a formação de estatais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Além disso, foi na fase do capitalismo tardio que se teve a chegada do neoliberalismo, o qual trouxe alterações ainda mais intensas no processo de produção. Foi um período que se teve a expansão das empresas multinacionais, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico, e consequentemente a precarização do trabalho, intensificada pela terceirização. Essas transformações são ditames colocados pelo capitalismo para a extração de lucros, ao passo que a classe trabalhadora a cada dia mais tem os seus direitos negados.

3. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

Sabe-se que após a Segunda Guerra Mundial seguiu-se um período em que se teve algumas concessões para a classe trabalhadora. Essas concessões se deu por meio da promoção de políticas sociais. É importante considerar que no momento em que se vivenciava essas políticas sociais no continente europeu, não as tínhamos no Brasil, tendo em vista o desenvolvimento desigual e combinado[2]. Assim, o Brasil não vivenciou o estado de bem-estar social.

As políticas sociais recebem variadas denominações, de acordo com o país a qual teve a sua origem (BOSCHETTI; BEHRING, 2011). Mas importa considerar que foi o estado de bem-estar social (*Welfare State*) visto como atraso, o que teve como resultado a sua desaprovação frente aos ideais neoliberais.

2 Trotsky considera a categoria da totalidade de Marx. Ele analisa a realidade russa considerando que o capitalismo desenvolve-se interferindo nos países de capitalismo dependente.

Atingindo a economia mundial, a crise estrutural de 1970 é outro motivo que trouxe impactos para o mundo do trabalho (MÉSZÁROS, 2011). Diante da crise, para maior apropriação de lucros, o estado de bem-estar é colocado de lado, pois para saná-la a prevalência do cuidado com o mercado é o mais importante. Conforme afirmam Bedin e Nielsson (2013):

> Estes primeiros anos [da década de 1970] são também, contudo, o momento de surgimento das primeiras dificuldades mais significativas do estado de bem-estar social e do início do refluxo de sua trajetória crescentemente social e democrática. Estas dificuldades foram frutos, entre outros fatores, da profunda estagnação econômica das sociedades capitalistas daquele período, da elevação dos índices de inflação e da primeira grande crise do petróleo. (BEDIN; NIELSSON, 2013, p. 37)

Deste modo, a partir da retirada dos mínimos direitos trazidos pelo estado de bem-estar social e também da forma de exploração que foi adotada pelos capitalistas para intensificar a extração de mais-valia, a não intervenção do Estado na regulação da economia conduzirá o crescimento da desigualdade social, do desemprego, do trabalho informal e desregulamentado.

Então, a crise de 1970 foi um marco para a desregulamentação do trabalho, pois alterou significativamente as estruturas que dizem respeito a realização do trabalho. Ainda de acordo com Bedin e Nielsson (2013), a crise de 1970:

> […] foi uma crise que produziu uma notável virada histórica e uma grande mutação da tendência dominante nas sociedades capitalistas. No que se refere à grande mutação, quer se indicar principalmente que ela gerou o desenvolvimento de um **novo padrão tecnológico** – baseado nas descobertas da microeletrônica e nos avanços da informática – e um **novo modelo de produção** – denominado modelo toyotista. Em relação à notável virada histórica, quer se dizer que a crise referida levou, por um lado, a uma **crescente relativização das ideias socialistas**, a uma **forte crítica da participação do Estado na economia** e à **refutação das principais teses desenvolvidas por John Maynard Keynes** – ou seja, conduziu ao abandono de tudo aquilo que estruturou o período histórico responsável pela construção do estado de bem-estar e pelo reconhecimento dos direitos econômicos e sociais – e, por outro, à **adoção das ideias neoliberais**, à **defesa da tese do estado mínimo** e à **supremacia das ideias monetaristas**. (BEDIN; NIELSSON, 2013, p. 38, grifo nosso)

Assim, para compreender a recessão de direitos conquistados deve-se considerar que as devidas transformações estruturais teve o intuito do crescimento da apropriação pelo capitalismo. A adesão às ideias neoliberais provocou a alteração nas estruturas necessárias a extração da mais-valia. A acumulação flexível

associada ao desenvolvimento tecnológico foi essencial para essa nova realidade, que favorece a classe burguesa, mas desconsidera as desigualdades vivenciadas pela classe trabalhadora.

Neste sentido, é com as críticas a intervenção do Estado na economia que ocorre uma reprovação às ideias keynesianas. Com essas críticas que atingem os direitos viabilizados pelo estado de bem-estar social se principia a defesa ao neoliberalismo (BEDIN; NIELSSON, 2013). Assim, com a defesa do estado mínimo para o âmbito social é que essas alterações conduziram a desvalorização do reconhecimento de direitos trabalhistas, concretizando o aumento do desemprego e desestruturando o trabalho.

Segundo Harvey (2011) o neoliberalismo é uma teoria de práticas político-econômicas que coloca a qualidade do bem-estar humano na capacidade do desenvolvimento do empreendedorismo, e que o Estado deve assegurar viabilizando o direito à propriedade privada, à liberdade e ao livre comércio. Em outras palavras, a função do Estado é assegurar a superioridade do mercado em relação ao bem-estar humano.

Assim, Harvey (2011) esclarece que este foi um tipo de destruição criativa, por ser planejada para favorecer uma pequena parte da sociedade. Além de alterar as relações com o Estado, o neoliberalismo alterou as relações sociais e de trabalho. Em síntese, tudo o que diz respeito à relação entre ser humano e natureza. Afirma o autor:

> O processo de neoliberalização […] envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais […], mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. […]. Ele [o neoliberalismo] sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a freqüência [sic] das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado. Isso requer tecnologias de criação de informações e capacidades para acumular, armazenar, transferir, analisar e usar massivas bases de dados para orientar decisões no mercado global. Disso decorre o interesse do neoliberalismo pelas tecnologias de informação e sua promoção dessas tecnologias (o que levou alguns a proclamar a emergência de um novo tipo de “sociedade da informação”). (HARVEY, 2011, p. 13)

Neste sentido, o neoliberalismo propiciou uma série de transformações no mundo da produção e das ideias que alteraram intensamente as relações entre produção e consumo. Apoiadas agora na tecnologia, essas indústrias experimentaram uma fase do capitalismo que não só interfere como também consegue modificar o comportamento do consumidor. Todas essas transformações foram imprescindíveis para os donos do capital a despeito dos direitos trabalhistas.

Então, a partir do neoliberalismo ocorre a dominação do mercado. O poder de dominação deste atinge todos os aspectos da vida humana, desde o trabalho, as relações sociais, até a atuação do ser humano enquanto ser político.

Doravante, a associação entre acumulação flexível e neoliberalismo foi a saída para a recuperação do capitalismo. O neoliberalismo impõe consequências negativas para a classe trabalhadora, já que fere os direitos sociais, desregulamenta o trabalho e promove o desemprego estrutural (SILVA, 2019). Com o discurso de aumentar o bolo para depois repartir, o neoliberalismo vai intensificando cada vez mais a extração de mais-valia. Segundo Silva (2019):

> O neoliberalismo sustenta-se articulando suas medidas de **flexibilização** das relações de trabalho, de **desregulamentação**, das relações comerciais e financeiras e, da **privatização**, do patrimônio público. Esse tripé é o responsável pelo conjunto de transformações que afetaram em cheio a classe trabalhadora, resultando, sobretudo, no desmonte dos direitos sociais. (SILVA, 2019, p. 49, grifo do autor)

Portanto, o neoliberalismo constitui um conjunto de estratégias criadas pelo capitalismo com o apoio do Estado que visa a retirada de direitos sociais e trabalhistas para garantir a acumulação privada pelos donos do capital.

Mas é de suma relevância lembrar que todas as alterações impostas no sistema capitalista tem base na exploração de outros países de capitalismo dependente. Em razão disso os impactos do neoliberalismo são sentidos principalmente nos países de capitalismo dependente. O desenvolvimento desigual e combinado, termo colocado por Léon Trotsky[3], constitui o alicerce para a formação do capitalismo central.

3 Ao contrário de Lenin, que considerava o desenvolvimento capitalista na Rússia por meio das contradições internas da agricultura, Leon Trotsky aborda essas contradições a partir da inserção da Rússia no capitalismo mundial pois o país era parte do subconjunto periférico do sistema capitalista. (LÖWY, 1995)

Conforme Siqueira (2020) quando analisa a acumulação flexível, modelo de produção atribuído após a Segunda Guerra Mundial, esse tipo de acumulação:

> […] faz parte de um contexto em que a participação dos países periféricos, com seus estágios tecnológicos e legais particulares, é fundamental. Um padrão sistêmico não sobreviveria sem a existência do outro. É ingenuidade, ou visão míope, concluir que o mundo vive em um regime flexível, quando isso não ocorre com a grande maioria das estruturas produtivas mundiais. (SIQUEIRA, 2020, p. 71)

Neste sentido, a subordinação dos países periféricos aos países tidos como hegemônicos, como é o caso dos Estados Unidos, têm como resposta a exploração pelo capitalismo central. Relação de subordinação essa que sempre existiu, mas que intensificou-se com o advento neoliberal. Com o desenvolvimento tecnológico o capitalismo pode acumular ainda mais, de forma que há uma dependência ao mercado. Tudo se torna comercialização, inclusive a vida.

Como produto do neoliberalismo, têm-se a chegada do pós-modernismo que:

> […] surge "oficialmente", na década de 1970, com outras tentativas de salvar o fordismo, como a guerra à pobreza e a guerra do Vietnã (Harvey, 1993). Os graves problemas fiscais do Estado puseram o sistema em *xeque* e não havia mais nada que pudesse ser feito, a despeito do último lapso fordista, com a transferência de parques produtivos dos países centrais para os periféricos, como os do Sudeste Asiático, América do Sul e Ásia (Índia, Paquistão, Bangladesh, China). Estes são os países com baixa regulação do trabalho e fiscalização, baixos salários, principalmente quando comparados ao dólar, à libra ou ao euro, baixa mobilização sindical, com não raros casos de exploração do trabalho infantil e desumanas jornadas de trabalho. (SIQUEIRA, 2020, p. 70, grifo do autor)

A existência do exército industrial de reserva, sendo próprio e fundamental ao modo de produção possui as suas particularidades em cada nação. Considerando a realidade dos países de capitalismo dependente, torna-se proveitoso para o capitalismo central instalar-se nesses espaços em busca de lucros.

Partindo da crise estrutural do capitalismo, as crises possuem particularidades em relação às crises anteriores. Essas farão parte da estrutura que compõe o capitalismo, essencial para a manutenção do modelo de sociedade. Como afirmam (BEDIN; NIELSSON, 2013, p. 38) "[…] ela nos conduziu a uma nova hegemonia política, econômica e social – designada de neoliberal – e a um novo modelo de sociedade – chamado de pós-moderno." Nisso importa debater questões

atuais que são resultantes dessas alterações impostas pelo modo de produção capitalista.

4 A INFORMALIDADE E A ESTRATÉGIA DAS REDES SOCIAIS: PROMOÇÃO AO DISTANCIAMENTO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.

Alicerçada nos ideais neoliberais, a acumulação flexível produziu alterações que marcaram profundamente as políticas relacionadas ao trabalho. A informalidade do trabalho ampliou-se consideravelmente e, além disso, outras medidas governamentais foram implementadas tendo em vista o beneficiamento do mercado. Em meio ao desemprego os trabalhadores tentam buscar uma forma de trabalho. Nessa seara vem crescendo a cada dia o empreendedorismo. É importante considerar que essa realidade tem se tornado mais ainda presente em meio a crise sanitária iniciada em 2020 com a pandemia do coronavírus.

O recrudescimento neoliberal reforçado pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-atual) propiciou a ampliação do trabalho terceirizado, redução dos recursos destinados à saúde, educação e a retirada de direitos previdenciários e trabalhistas e a sua agenda de privatizações das empresas públicas (TRINDADE; SOUZA, 2020) coloca a desesperança para o futuro da classe trabalhadora. Fato é que o neoliberalismo inflige toda a classe trabalhadora, mas é de se considerar as particularidades de um país de capitalismo dependente como o Brasil. Essa desesperança que acompanha a realidade, de certo modo coloca em ameaça a organização política da classe de trabalhadores.

A crise mundial de 2008 (uma crise estrutural), e o golpe de 2016 foram marcos para o advento dessa realidade, que vem sendo a cada dia mais distante de uma sociedade mais igualitária.

Como afirma Burgaya (2020):

> O ideal pós-político é o de manter uma democracia sem cidadãos. Mobilizar as massas até retrocedê-las ao estado infantil, como argumenta o politólogo norte-americano Sheldon Wolin (2008), que prevê um futuro bem mais pessimista para o sistema, já que o protagonismo cidadão vai desaparecendo e faltam mecanismos participativos para além do predomínio das elites. (BURGAYA, 2020, p. 38-39)

Assim, a cada dia o distanciamento de uma sociedade menos desigual ganha mais destaque. A desinformação, as *fake news* veiculadas principalmente pelas redes sociais vem contribuindo para esse distanciamento. A consciência de classe[4] vem perdendo lugar para um estado de distração. Uma ideologia de extrema-direita, fascista, racista, machista, homofóbica, vem utilizando-se desses espaços para atingir seus objetivos de opressão, e beneficiamento do capitalismo.

Como dito anteriormente com a chegada do neoliberalismo se alterou inclusive a comportamento humano tendo em vista garantir a acumulação de lucros. Além de todos esses ataques que ferem os direitos da classe trabalhadora, com o avanço tecnológico intensificou-se a exploração do trabalho.

Para Nippes e Guidolini (2020):

> O ramo da tecnologia, altamente monopolizado, tem gerado seus lucros principalmente através da extração dos dados pessoais de usuários para comercialização. Empresas como o Google, Facebook e a Microsoft, utilizam essas informações para alimentar inteligências artificiais capazes de antecipar o comportamento humano e, assim, vender aos anunciantes previsões sobre as ações dos usuários. Dessa forma, para facilitar o aumento da acumulação de capital, tornou-se necessário, não apenas prever, mas modificar o comportamento humano. O capitalismo, em seu infindável processo de valorização, passou a mercantilizar a própria experiência humana, utilizando-a como matéria-prima para processos comerciais, com o objetivo de aumentar exponencialmente a massa de lucro. (NIPPES; GUIDOLINI, 2020, p. 27)

Essas alterações são heranças da ascensão neoliberal que inicia em meados do século XX e intensifica-se, adquirindo novas particularidades em fins dos anos 90 (NIPPES; GUIDOLINI, 2020). Constitui meios de impor comportamentos no ser humano que venham beneficiar o capitalismo. E isso é feito mediante grandes equipes de engenheiros e psicólogos que monitoram o comportamento dos usuários nas redes.

Ainda conforme Nippes e Guidolini (2020):

> O Google, que antes somente extraia dados comportamentais para melhoria dos seus serviços, criou o Google AdSense e passou, também, a utilizar essas informações para a análise e produção de algoritmos cada vez mais precisos. Esses códigos podem deduzir os desejos e necessidades dos usuários a fim de enviar anúncios direcionados que correspondiam a esses interesses. A partir desse momento, ficou claro que os verdadeiros clientes

4 Consciência de classe pode ser definido com base em Iasi (1999) como a percepção do proletário da sua força como elemento-chave para o processo de produção e da sua capacidade de se reunir e reivindicar enquanto classe social.

> da empresa são os anunciantes e nós, meros produtos. A iniciativa mostrou rapidamente os seus frutos: em 2006 o Google faturou US$ 10 bilhões 48 em receita publicitária, tornando a empresa uma gigante da publicidade. Esse enorme faturamento influenciou outras companhias a adotarem o mesmo sistema, expandindo a economia da vigilância no ramo tecnológico. (Idem, 2020, p. 28)

Dessa forma, a nova roupagem da exploração capitalista, que veio aparentando ser sinônimo de desenvolvimento, invadiu a individualidade dos usuários, usando-a como mercadoria, lucrando pela venda dessas informações aos anunciantes (NIPPES; GUIDOLINI, 2020). O capitalismo se insere por todos os lados para extrair lucros em detrimento do bem-estar da classe que trabalha.

Ante isso, pode-se afirmar que a democracia, que apesar de ser funcional ao modo de produção capitalista e que é, até agora, o que mais se aproxima de uma sociedade menos desigual, vive um enfraquecimento. De acordo com Burgaya (2020, p. 38): “Se antes vínhamos de um mundo no qual a democracia era fundamentalmente a deliberação para confrontar interesses opostos, agora o mundo político se tornou, basicamente, distração.” Assim, com o neoliberalismo e mais ainda com o neoliberalismo no mundo digital, presencia-se uma ameaça à democracia.

E embora a democracia seja colocada por alguns teóricos como própria da estrutura do modo de produção capitalista, até aqui foi o modelo de sociedade que mais atendeu ao cumprimento, embora mínimo, de uma sociedade menos desigual, considerando a realidade do Brasil, que vivenciou um período de mais de duas décadas de ditadura militar.

A relação entre a informalidade, que direciona os desempregados a se tornarem empreendedores no meio digital e os ganhos do capitalismo em meio a este espaço constitui a direção perfeita para o aumento do consumo e da lucratividade capitalista. E é nesta direção que está seguindo a realidade, impulsionada pelas reformas que vem sendo realizadas no âmbito do trabalho.

É relevante a consideração da atual realidade que estamos vivenciando ocasionada pela crise pandêmica. É sabido que foi e está sendo um momento de bastante mudanças sociais e que implica no crescimento do desemprego e da informalidade. Vale questionar o papel do estado na viabilização de políticas

públicas que venham sanar ou amenizar as expressões da questão social. E mais ainda o desemprego. Por ser este um dos pontos relevantes para a exponenciação das expressões dessas expressões. E a construção de um projeto político que seja antineoliberal.

O desemprego estrutural tem levado as pessoas desempregadas a trabalharem de forma informal, por conta própria e a realidade pandêmica tem feito crescer esse trabalho nas redes sociais. Por todos os lados o capitalismo apropria-se da mão de obra do trabalho humano. E a estratégia utilizada das redes sociais tem sido um meio de exponenciação do consumo.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua – IBGE) no segundo trimestre de 2021 (abril, maio e junho) o Brasil apresentou um percentual de 14,1% de trabalhadores desocupados. Quando se compara esse número com o ano anterior, no mesmo período havia 13,3%, o que mostra um crescimento do número de pessoas sem trabalho. Já o número de pessoas que trabalham por conta própria cresceu 4,2% em relação ao trimestre anterior (janeiro, fevereiro e março de 2021). Em alusão a taxa de informalidade houve também um aumento, passou de 39,6% para 40,6% da população ocupada.

Em relação a informalidade pode-se afirmar que a combinação entre a venda nas redes sociais e a presença nas mesmas são o desejo do mercado capitalista tecnológico, pois a internet faz com que haja um aumento da força de trabalho em razão de que o âmbito digital não distingue trabalho e tempo não profissional. É um espaço onde não se delimita horário de trabalho (BURGAYA, 2020). Outrossim, há de se considerar a destruição da natureza promovida pelo ramo da indústria tecnológica e ainda o adoecimento mental propiciado pelas redes sociais.

5 CONCLUSÃO

Considerando o trabalho e suas transformações no decorrer da história, este tem como produto sempre a apropriação por uma pequena parcela da sociedade. E o direcionamento programado a que estamos submetidos pelas redes sociais e todos os ataques promovidos pelo modo de produção capitalista impulsionam o

trabalho a cada dia mais para a apropriação privada. Assim é relevante questionar o papel do Estado na viabilização de políticas que venham a combater essa realidade desumana a qual estamos submetidos. Interessa destacar que a reprodução do neoliberalismo pelo Estado e as ações promovidas pelo capitalismo com o apoio estatal recebem o apoio político.

Cabe a categorias que lutam pela viabilização de direitos da classe trabalhadora questionar e propiciar ações que venham possibilitar o questionamento ao *status quo* e assim promover a consciência de classe. E mais ainda cabe ao Estado promover políticas de trabalho, ou, como não há capitalismo sem exploração, resta a mobilização de toda a classe trabalhadora em busca não apenas de direitos, mas de uma outra sociabilidade que seja melhor que apenas a sociedade com direitos de cidadania, isto quando esses não são negados, que seja uma sociedade que não favoreça a classe burguesa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. - 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEDIN, Gilmar Antônio; NIELSSON Joice Graciele. A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. In: **A política social na América do Sul:** perspectivas e desafios no século XXI. Lucia Cortes da Costa; Vera Maria Ribeiro Nogueira; Vini Rabassa da Silva (orgs.). p. 27-41. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Editora UEPG, 2013.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. - 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BURGAYA, Josep. O enfraquecimento da noção de cidadania. Rumo a uma democracia iliberal. In: **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política:** transfigurações da política social/organização Potyara Amazoneida P. Pereira. – 1. ed. – São Paulo: Cortez: Politiza, 2020.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna:** Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O neoliberalismo:** história e implicações. Loyola: 2011

IASI, M. L. **Processo de Consciência.** São Paulo: CPV, 1999.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Actuel Marx, 18, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** - 2. ed. rev. E ampliada. - São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. - 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

NIPPES, Gabriel; GUIDOLINI, Paulo Octavio. O dilema do capitalismo de vigilância. **Revista PET Economia Ufes.** Vol. 2. Dezembro, 2020**.**

PNAD Contínua Mensal: taxa de desocupação é de 14,1% e taxa de subutilização é de 28,6% no trimestre encerrado em junho. **IBGE**, 31, agosto, 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31479-pnad-continua-mensal-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-6-no-trimestre-encerrado-em-junho. Acesso em: 31 ago de 2021.

SILVA, F. R. **Implicações das renúncias tributárias no orçamento da previdência social no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2020.

SIQUEIRA, Marcos César Alves. Pós-modernidade, tecnologias e novas relações de consumo. In: **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política:** transfigurações da política social/organização Potyara Amazoneida P. Pereira. – 1. ed. – São Paulo: Cortez: Politiza, 2020.

TRINDADE, Karlili; **As contradições da narrativa neoliberal:** uma análise do discurso do empreendedorismo no contexto da plataformização do trabalho. In: Seminário de Comunicação e Territorialidades. 6. UFES, 2020.